



# Anais da Assembléia

Nº 104

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 1977.

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 157.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1977.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e David Federmann.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Solicito de V. Exa. a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Deferido.

Solicito ao Sr. 1.º Secretário, que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados) (Pausa)

Acham-se presentes 32 Srs. Deputados.

Há número legal para prosseguimento da sessão e consequente votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 159/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 358/77 - aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Pitanga, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município.

Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, voto contra, pelas razões já expostas.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Voto contra.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, para insistir junto à Mesa para que registre meu voto contrário a este projeto de resolução, como venho fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Será anotado o voto contrário de V. Exa. e do Deputado Valter Pietrângelo, bem como, do Deputado Del Ciel.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para a próxima terça-feira, dia 30, à hora regimental, com a Ordem do Dia a ser anunciada na sessão ordinária de segunda-feira.

Levanta-se a sessão.

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 158.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1977 QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer regime de urgência à Proposição número 267/77, referente ao convênio que trata de reparos no Grupo Escolar Dr. Paulo Fortes, de

São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do ocorrido em data de ontem, na cidade de Paranavaí, do Sr. FRANCISCO ALENCAR BARBOSA.

Tal passamento, vem consternar a sociedade paranavaense, tendo em vista a projeção que desfrutava o extinto, quer como cidadão, quer como exemplar chefe de família.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1977.

(a) WALDENÍCIO BARBALHO

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os signatários, propõem à Mesa, consultado o Plenário, que não sejam marcadas sessões para os dias 05 e 09 de setembro próximo vindouro, substituindo-se essa atividade por reuniões das Comissões Técnicas.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1977.

(aa) LUIZ ROBERTO SOARES e

TRAJANO BASTOS

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ciência e aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. NOEL LOBO GUIMARÃES, DD. Secretário de Estado do Interior, solicitando informações sobre a situação das obras do Sistema de Abastecimento de Água no Município de Realeza, bem como, se a execução das mesmas está dentro dos prazos previstos e qual a previsão para sua conclusão.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1977.

(a) DENI SCHWARTZ

## PROJETO DE LEI:

### PROJETO DE LEI NÚMERO 113/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE DAS SENHORAS SÍRIO-LIBANEZAS, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1977.

(a) FUAD NACLI

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja reconhecida como de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria, conforme a documentação que anexo apresentamos.

Além disso, as atividades no âmbito da filantropia que a Sociedade vem prestando à comunidade de nossa Capital, já lhe valeu o reconhecimento público municipal através da Lei no. 5606, de 13/07/77.

A relação das atividades apresentadas pela entidade, por si só já justificam plenamente o reconhecimento público estadual.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Através do trabalho unido, fundado na fé é que se viabilizam os projetos e se realizam as grandes obras.

Assim foi que, confiantes no futuro, dois eminentes colonizadores, Enio Pipino e Japão Pedro Moreira de Carvalho, desbravando a gleba Atlântida, lançaram os marcos da fundação de um dos mais prósperos municípios do Noroeste do Paraná, Iporã.

A eles somaram-se notáveis idealistas, dentre os quais, Toshio Uchiyama (japonês da posse), Francisco Vieira Marques, Augusto Herrig, Rodolfo Herrig, Arlindo Pereira da Silva, Luiz Bosso, que decisivamente contribuíram para ser atingido o atual estágio do progresso. O desempenho destes e de outros pioneiros foi lembrado pelos que agora têm a responsabilidade de dirigir os negócios do município, quando na semana transata se comemorou o 16o. aniversário de sua emancipação política.

Por sua vez, a atual administração dinamicamente liderada pelo Prefeito Fernandes Moreto, tendo a seu lado o Vice-Prefeito Lauro Valvassori, competentes assessores, funcionários e eminentes Vereadores, vem prestando relevantes serviços conforme os melhores critérios de ação, princípios de honestidade e bons propósitos, abrindo-se assim, novas perspectivas à operosa população, hoje de aproximadamente 100.000 almas — que vive no importante município em destaque.

O Governo Estadual, por outro lado, além de dar o imprescindível apoio aos convenientes empreendimentos locais, tem realizado obras de real importância, em atenção a justas reivindicações, muitas das quais tivemos a honra de encaminhar em conjunto com o Prefeito Fernandes Moreto.

Em clima de otimismo, desta forma suscitado, no último dia 20, Iporã foi sumamente prestigiada pelas presenças do grande Governador Jayme Canet Júnior, de Deputados, de nobres Secretários de Estado, de componentes da equipe do Governo Estadual e de eminentes autoridades civis, militares e religiosas.

À sua chegada, o Sr. Governador do Estado entregou, juntamente com o Secretário dos Transportes, a via pavimentada que liga a PR 323 à sede do município. E, posteriormente, em palanque de onde assistiu a grandioso desfile escolar-militar, comemorativo ao aniversário de Iporã, e falou à multidão composta por milhares de pessoas, presidiu a inauguração do sistema monocal canal implantado pela Secretaria do Interior no prospero Distrito de Cafezal, dialogando com Ítalo Orceli, um dos primeiros colonizadores locais.

Além da invulgar consagração pública que recebeu, o Governador Jayme Canet Júnior foi distinguido com o título de Cidadão Honorário de Iporã, entregue em concorrida Sessão Solene em que também receberam idêntica honraria, o Dr. Emilio Luiz Augusto Prottmann, ex-Juiz de Direito da Comarca e o pioneiro João Pedro Moreira Carvalho.

Certamente, pelo trabalho unido, fundado na fé e com a integração Governo-povo, muitos outros projetos se viabilizarão e se realizarão grandes obras em Iporã, com reflexos positivos no desenvolvimento de nosso Estado e do Brasil.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, segundo orador inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto ao assunto da construção dos hospitais regionais no Paraná, objeto de aparte que me concedeu ontem, o nobre Deputado Deni Schwartz.

Por duas razões: primeiro, para complementação de uma nota publicada hoje, pelo jornal "Diário do Paraná", nota esta

incompleta, apesar do brilhantismo do representante do jornal nesta Casa, a excelente jornalista Sandra Catarin, que não completou a nota ou, por motivos alheios à sua vontade, a nota saiu incorreta.

Eu dissera na oportunidade, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, que a construção de hospitais no interior do Estado, era de uma importância muito grande para o homem do interior, principalmente, para o homem sofrido, para o homem do povo, para aquele que necessita realmente, para tratamento de sua saúde ou de seus familiares, do amparo do Poder Público.

Eu me surpreendi, Sr. Presidente, quando soube que esta Casa já havia aprovado autorização para que o Sr. Governador obtivesse empréstimo externo, e desse empréstimo destinasse 90 milhões de cruzeiros, especificamente, para a construção de hospitais regionais. Surpreendi-me porque eu não tenho conhecimento, de que nenhum tenha sido concluído ou pelo menos iniciado a construção de algum hospital.

Eu e toda a Casa sabemos, da importância da interiorização dos serviços de saúde pública, porque só então, os problemas de desfavelamento é que teriam êxito. Porque eu acho que não adianta os prefeitos dos grandes centros urbanos elaborarem planos de desfavelamento, de conseguirem verbas através do Governo Federal para este grave problema que é o problema do favelamento, quando as favelas continuam proliferando nos grandes centros urbanos; e uma das razões, a razão principal, no meu entendimento, é que estas favelas formam-se nos grandes centros urbanos, porque o homem do interior, desassistido, desamparado e empobrecido, tem que buscar a Capital para conseguir com muito custo uma vaga nos hospitais da cidade a fim de internar-se para tratamento médico. E o que eu dissera ontem, naquela oportunidade, é que esses pobres homens quando vêm do interior em busca de socorros médicos, internam-se nos hospitais ou morrem, e se constituem numa sepultura anônima como indigentes nos cemitérios da Capital, ou então saram e vão viver sob as pontes do Rio Belém, ou sob os viadutos da estrada de ferro, ou sob os viadutos da BR-116. Ali começam as formações das favelas, exatamente porque o governo não tem levado em consideração que antes de se atacar o mal, tem que se procurar as causas, e a causa da formação das favelas, a principal causa, é exatamente a falta de assistência médica ao homem do interior.

Nós vamos subscrever ainda nesta semana, um pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, para saber a destinação que foi dada, a verba que esta Casa votou, para a construção de hospitais no interior do Estado, de hospitais regionais.

Tenho certeza de que esta Casa apoiará-subscreverá o nosso requerimento, porque é realmente, um assunto que interessa a toda coletividade paranaense, e como esta Casa é a caixa de ressonância da população do Paraná, por certo irá dar apoio integral à nossa iniciativa.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tem a imensa satisfação de registrar nas galerias, a presença dos alunos da Escola de 1.º Grau, Prefeito Omar Sabagg, da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. Que cumprimenta as senhoras Professoras Judith, Agléia, Maria Inês, Vanilda e Maria Trovão. Deseja, aos alunos da Escola Omar Sabagg, que façam bom proveito da visita que fazem ao Poder Legislativo.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vivemos de fato e por determinação de direitos emanados de um poder prepotente, num país de escravos; num país que se empobrece a cada instante de sua caminhada; num país que empobrece o seu povo e chega até a envergonhar a sua gente.

Há poucos dias, fui procurado por um comerciante de Curitiba, que me reclamava já haver quase trêz meses requerido

a sua inscrição como contribuinte do Estado, o CCE. E até hoje o seu comércio tem sido varejado pela fiscalização que exige essa documentação que é uma previsão do Direito Comercial. Mas, que a repartição pública, responsável pelo atendimento do profissional de comércio, há mais de 90 dias desse requerimento, não lhe deu, não lhe entregou, a sua inscrição do CCE, do Conselho de Contribuintes do Estado.

Há pouco tempo, o Sr. Presidente da República, determinou, através de decreto lei, que os postos de gasolina não podem vender o produto aos domingos em determinados horários, sob pena de multa.

Agora, à tarde, exatamente às 13 horas, chegamos ao Banco do Estado, agência Centro Cívico, dos 7 caixas pagadores, onde existiam 4 filas, representando mais de 100 pessoas, a maioria operários, com horário para o trabalho de cada dia, apenas dois caixas estavam abertos para o atendimento público.

Estes bancos que obedecem esse horário magistralíssimo, de uns meses para cá, por decreto lei governamental, de abrir às 10 horas e fechar às 16.

É realmente este país um país de escravos, um país des-governado, um país em que seus governos dormem o sono latente da miséria nacional; um país que não permite ao seu povo convocar o governo para a resolução dos problemas nacionais; um país que, desgraciadamente, caminha para o caos e para o desequilíbrio.

É um país que, infelizmente, faz proliferar, a cada dia que passa, diante dos choros e ranger de dentes da multidão brasileira, para uma miséria maior.

Enriquecem os bancos, enriquecem os grupos, enriquecem até o Governo que capitaliza toda a economia do povo para o seu tronco, para a sua água, o empobrecimento de milhões de brasileiros.

É preciso que haja manifestação unânime da representação do povo em todos os Parlamentos, desde as Câmaras Municipais até o Senado da República, na tentativa de acordar este Governo que dorme o sofrimento, o sacrifício e a miséria da gente brasileira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero encaminhar à Mesa um requerimento com o seguinte teor. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Exmos. Srs. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral - TRE; Secretário de Estado das Finanças e Delegado do IBGE no Paraná, solicitando-lhes o seguinte:

1. — Ao Exmo. Sr. Des. HELIANTHO CAMARGO, DD. Presidente do Egrégio Tribunal Eleitoral do Paraná, solicitando dados sobre o número de eleitores do Distrito de Cafelândia d'Oeste, percentente à 68a. Zona Eleitoral de Cascavel, a fim de que sejam atualizadas as informações contidas no ofício 002744 GS 75, datado de 08 de outubro de 1975.

2. — Ao Exmo. Sr. Dr. JAYME PROSDÓCIMO, DD. Secretário de Estado das Finanças, solicitando dados sobre o valor da receita orçamentária do Distrito de Cafelândia d'Oeste no exercício de 1976, e qual o percentual que representa em relação à arrecadação do Estado naquele mesmo exercício.

3. — Ao Ilmo. Sr. Dr. CID ANTÔNIO FONSECA, Delegado de Estatística do Paraná - Fundação IBGE, solicitando dados atualizados sobre a população do Distrito de Cafelândia d'Oeste, número de casas daquele povoado e população remanescente estimada do Município de Cascavel, a fim de substituir



o ofício DT/52, oriundo do Rio de Janeiro, assinado pelo Diretor Técnico Amaro da Costa Monteiro, em 09 de fevereiro de 1976.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1977".

Senhor Presidente, Srs. Deputados:

Na qualidade de representante da região Oeste do Paraná, estivemos na data de ontem, embora sendo da Oposição, com S. Exa. o Sr. Governador do Estado, para tratar de relevantes assuntos sobretudo do interesse da minha região.

O principal deles, o mais urgente, diz respeito à construção da estrada Capitão Leônidas Marques - Cascavel, cujo traçado faz parte da previsão de dois projetos apresentados por este Deputado, aqui nesta Casa.

E, segundo o nosso entendimento, não deve deixar à margem deste traçado o perímetro urbano do Distrito de Santa Tereza. Neste sentido, o Sr. Governador comprometeu-se a interceder junto ao Ministro da Agricultura, Dr. Alysson Paulinelli, para que o Presidente do IBDF libere a construção daquela rodovia pelo traçado que alcança a BR-277 na altura do Distrito de Santa Tereza.

Na pauta daquela audiência foram debatidos outros assuntos de interesse regional, cujos itens constam de MEMORIAL entregue a S. Exa. nos seguintes termos:

1.— Reitera apelo formulado para que o Governo do Estado se empenhe junto ao Governo Federal, no sentido de que seja construída a Ferrovia do Soja, ou Ferrovia do Oeste, ligando Guarapuava a Foz do Iguaçu, para a qual poderão ser carreados recursos provenientes dos 150 milhões de dólares que o Paraguai estaria exigindo para solucionar a questão da ciclagem, segundo a imprensa tem noticiado, pois a questão ferroviária até o Porto de Paranaguá seria do interesse daquele País vizinho, em consequência da Usina de Itaipu.

2.— Apoioamento para a emancipação do Distrito de Cafelândia d'Oeste, já anunciado.

3.— Planejamento para erradicação da erosão urbana e liberação de verbas para a execução desse projeto em Cascavel e região.

4.— Execução imediata do plano de expansão da rede telefônica urbana em Cafelândia d'Oeste.

5.— Previsão de verbas, no orçamento de 1979, para a FECIVEL (Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel).

6.— Retificação e pavimentação da estrada de 10 km. que liga Nova Aurora a Cafelândia d'Oeste e desta à BR-369, já em fase de construção.

7.— Alargamento e melhoria do trecho de estrada que sai do Município de Guaraniáçu, passa por Santa Luzia e segue até Altamira e sede do Município de Palmital, integrando a região Oeste com o centro do Estado.

8.— Inclusão entre as obras prioritárias, da pavimentação de estrada ligando Cafelândia d'Oeste à BR-369, na altura do Distrito da Penha (Município de Corbélia), ora em construção.

9.— Empenho do Governo do Estado junto ao Ministro da Educação, no sentido de que seja concretizada a Universidade do Oeste do Paraná.

10.— Inclusão deste traçado da rodovia Capitão Leônidas Marques a Cascavel, alcançando a BR 277 no perímetro urbano de Santa Tereza.

Diante do diálogo que mantivemos, Sr. Presidente, entendemos haver ficado implícita a previsão de liberação de verbas da FECIVEL já no orçamento de 78, e o amplo apoioamento para que a Universidade do Oeste do Paraná, para que ela seja concretizada com a criação de dois cursos, e, desde logo, o de Agronomia e o de Educação Física e, provavelmente, o curso de Odontologia.

Quanto à idéia de construção da Ferrovia do Soja com a aplicação em nosso solo, de recursos que seriam destinados ao Paraguai para acerto do problema do ajuste da ciclagem da Usi-

na de Itaipu, a sugestão poderá ser apresentada às autoridades competentes, sobretudo a nível diplomático, para que o assunto seja debatido com os dois países, ou seja, Paraguai e Brasil.

Finalmente, juntamente com a exposição de motivos que justificaram as solicitações que envolvem o progressista distrito de Cafelândia, estamos apresentando requerimento que tem por objetivo reativar o processo de sua emancipação, pois, conforme dados que colhemos anteriormente, aquela comunidade preenche todos os requisitos da Lei Complementar no. 46, e toda a legislação pertinente, cujo apoio, a este desiderato, não recebeu manifestação contrária do Sr. Governador, que mostrou disposição no atendimento integral das reivindicações apresentadas.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho relevante e necessária a participação da diplomacia brasileira, no sentido de conversar, de dialogar, de entabular e de entrar um pensamento compatível para que aqueles 150 milhões de dólares não previstos e gastos, estes que serão extraordinários, para que, parte deles, sejam revertidos na construção da Ferrovia do Oeste do Paraná, a qual é do interesse também do País paraguaio.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Edilson Alencar. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi — (Ausente).

A Presidência tem a imensa satisfação de registrar a presença, neste Plenário, de S. Exa. o Sr. Deputado Federal Sebastião Rodrigues, da ilustrada Bancada do Movimento Democrático Brasileiro na Câmara Federal.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Valter Pietrângelo. — (Ausente).

A Presidência consulta o Sr. Deputado Erondy Silvério, quarto orador inscrito, se deseja ocupar o Grande Expediente. — (Aqui escência por parte do Deputado solicitado).

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Erondy Silvério. O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados.

À semana passada, comentei nesta Casa, o comparecimento do Sr. Ministro Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, ao Congresso Nacional.

Alinhavei dados, naquela oportunidade, que eu considere chocantes, como o prejuízo que a Nação Brasileira teve com as instituições financeiras, à beira do colapso e que foram socorridas pelo Governo, só neste primeiro semestre de 76, com cerca de 10 bilhões de cruzeiros.

Mas, o que nos causou estranheza naquela oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que, a quantia que o Sr. Ministro confessou haver o Governo brasileiro dispendido em socorro de bancos e financeiras mal administradas, foi na ordem de 26 bilhões de cruzeiros.

Eu prometi a esta Casa que voltaria ao assunto — voltaria ao assunto, porque acho que o brasileiro participante tem acompanhado com atenção e talvez até, com alguma angústia, os acontecimentos e manifestações da área política nacional, na forma relativamente livre, como vem sendo noticiada e comentada pela grande imprensa.

O interesse e a emoção que cercam esses debates, dão-nos a certeza de que é chegada a hora — a hora mesmo — de encontrarmos caminhos melhores e definitivos para a vida política nacional, não mais remendos casuísticos ou soluções protetórias, porque o clima real existe hoje no País, é de sede de participação, de setores mais variados da Nação que, como forças vivas, despertadas de um período de letargia, clamam por urgente aperfeiçoamento das instituições e pelo retorno à plenitude.

Claro, e eu não tenho essa pretensão, de dar aqui sugestões

sobre o figurino do novo modelo político brasileiro, a ser talhado por quem maneja o instrumental necessário para executá-lo.

Registramos tão somente o testemunho de nossa opinião, de que este figurino deve ser confortável para quaisquer situações; arejável para perdurar; atual, para se enquadrar no conceito de democracia evoluída; democracia evoluída e durável para assegurar alta renovação gradativa, sem ruturas, sem nódoas.

O que nos interessa, realmente, hoje, e a toda Nação brasileira, neste nosso pronunciamento, é trazer à reflexão desta Casa uma circunstância marcante que influi neste processo reivindicatório de toda Nação brasileira, e que cabe a nós, como Procuradores do povo, detectar e passar à frente, para que não apenas as elites opinem, como está ocorrendo hoje, mas também o homem comum, cujas convicções só podem ser expressadas intelectualmente nos Paramentos.

Essa circunstância, a meu ver, é a qualidade de vida do povo. Esse subordina essencialmente aquilo que se convencionou chamar de política econômica nacional. Parte do preço da exceção que sofremos pagou-se em nome de uma reformulação da política econômica brasileira, isto é, destituiu-se um Governo em março de 1964. Invocou-se naquela oportunidade, o combate ao perigo ideológico. Mas, também e talvez principalmente, para consertar a economia e finanças do País, cujo destrambelho massacrava o povo com os flagelos da inflação e do custo de vida.

A curto prazo, debelou-se a ameaça ideológica. O real perigo, então, era de ascensão ao poder de uma ditadura de inspiração marxista e, por isso, alheio às nossas tradições liberais e democráticas, os episódios subsequentes de combate à subversão e ao terrorismo, eu acho que jamais tiveram conteúdo para caracterizar ameaças de imediata ascensão ao poder, das chamadas facções comunistas.

Ora, esquerdistas, marxistas, maoistas, que nomes se lhes queira dar, eu acho que existirão sempre. Existirão enquanto o homem pensar. Mesmo que dure mil anos a revolução brasileira, não conseguirá jamais modificar a razão e o raciocínio de cada indivíduo, nem doutrinar toda uma população, para que pense, em uníssono, sem divergência ideológica.

Superada a ameaça real de implantação de regime alheia à vontade nacional, estava cumprida, a meu ver, a maior missão revolucionária.

Mas, entendeu-se então, e ainda se entende hoje, como política de segurança, garantir que não se repetiriam as condições favoráveis à proliferação das doutrinas indesejáveis, que haviam prosperado, fertilizadas pela corrupção, pela desordem econômico-financeira e pelo desgosto popular.

Foi em nome desses objetivos de combate à corrupção que fez o ordenamento econômico e maior justiça social, que o sistema implantado pela revolução de 1964, se alimentou durante esses 13 anos. Uma projeção de tempo mais do que suficiente para uma reavaliação.

Nós entendemos que em vários setores da vida pública nacional, foi palpável a revolução. Ninguém pode negar. Ninguém de boa fé, de boa consciência, pode negar os progressos que a revolução alcançou no desenvolvimento econômico e social do País.

Desde a reforma tributária que escravizara os Prefeitos, o homem do interior à vontade dos governos estaduais, a reforma tributária, a meu ver, naquela oportunidade, foi uma das grandes conquistas da revolução de 1964.

Entretanto, mostra-se inconveniente confundir o processo revolucionário com a própria Revolução como estão querendo fazer e sente-se, hoje, que esse processo deve perder o seu caráter emergencial, autoritário, deve perder, principalmente o seu caráter autoritário para fornecer à Nação, uma consistência institucional, um jogo político de regras fixas; onde preva-

leça a lei, a lei substantiva em sua plenitude se vislumbre um futuro previsível. Mesmo porque como dizíamos, o processo revolucionário não logrou objetivos de ordenar a economia, pelo menos, "in totum".

Este é o fator que chamei a atenção desta Casa, a semana passada, como marcante e digno de reflexão, quando um Ministro que hoje está dotado de poderes excepcionais pelo próprio Presidente da República para conduzir a política econômica da Nação, comparece perante os representantes do povo no Congresso Nacional e confessa, como se fosse a coisa mais natural do mundo, que o Governo para proteger desonestos e incapazes e os corruptos, investiu 26 bilhões de cruzeiros, arrancados do suor do povo brasileiro para proteger essa gente, porque eu acho que se prejuízo houve, alguém ganhou; e, se alguém ganhou, ilicitamente, deveria estar na cadeia; jamais passeando no exterior, em iates de luxo e jatinhos particulares.

Claro, eu sei que para ordenar a nossa economia, encontramos dificuldades. Houve acontecimentos internacionais a afetar a economia brasileira. É certo, também, que estamos num estágio de desenvolvimento. Ninguém pode negar; a oposição não pode negar isso e, não nega, a oposição brasileira; nós estamos num estágio de desenvolvimento e não se pode esperar milagres; vejo o Brasil cumprir fases naturais da situação econômica e social para alcançar o seu futuro de grande potência.

Mas, eu pergunto — estariam certos os caminhos escolhidos para chegar aos nossos objetivos?

Não é só minha, esta pergunta. É a pergunta que o povo brasileiro se faz; apenas que, na sua simplicidade, de outra forma o povo pergunta. O povo pergunta — será que amanhã eu vou ganhar melhor? Será que os preços vão continuar subindo? Será que eu vou conseguir emprego para o meu filho? Haverá um dia que não sobre mês no meu salário? Qual o meu futuro, pior ou melhor do que o meu passado?

Eu acho e todos os Srs. Deputados, também, eu creio que acham, são perguntas que devem ter resposta e esta Casa é a caixa de ressonância das aspirações populares.

Da mesma forma como não acabou com a ideologia, com a qual não concordo, o processo revolucionário, tampouco, lamentavelmente, acabou com a corrupção.

Pensar mal ou agir mal, são opções inerentes à natureza humana, ditadas pela capacidade de livre arbítrio — "cada cabeça uma sentença" — e assim será sempre, até a consumação dos séculos.

Mas, eu entendo e seria hipócrita se não o dissesse, mesmo pertencendo à Aliança Renovadora Nacional — ARENA, Partido que oferece respaldo político à Revolução de 1964, eu entendo que houve desacertos na política econômica, que o modelo escolhido, embora de boa fé, não se revelou o mais justo e adequado; e, que é hora, mais do que hora de se corrigir, do regime, as aberrações.

É hora de ouvir todos os setores interessados, somar contribuições e achar melhores caminhos, sem teimosia, com humildade, como cabe a uma Nação jovem em busca de afirmação.

Eu considero que foi inadequado e eu acho que toda a Nação também assim o considera, o excessivo estímulo aos capitais estrangeiros, abrindo caminho para a absorção crescente, e isto é que é o pior, absorção crescente de capitais genuinamente nacionais nos setores de maior rentabilidade. Acho descabido privilegiar várias multinacionais com empréstimos e financiamentos, quando elas vieram se implantar em setores supérfluos da nossa economia, como cigarros.

Temos aqui, na nossa Cidade Industrial, fábrica de cigarros, uma multinacional que tudo recebeu do Governo e Prefeitura da Capital, para aqui se implantar. São setores, como já disse, supérfluos à economia nacional, como cigarros, cosméticos e outros.

Vejam o que aconteceu no setor de medicamentos, o que aconteceu a esta jovem, poderosa e pobre Nação Brasileira:

96 por cento dos Laboratórios pertencem às companhias multinacionais. Da mesma forma, admitir tratamento igual aos produtores de superfluos nas suas importações, aquelas importações conseguidas pelas atividades essenciais. A meu ver, caracteriza procedimento idêntico a importação dos próprios superfluos em detrimento de nossa balança comercial, que o Governo tem lutado desesperadamente para equilibrar.

E que se mascara na aquisição de matérias primas pelas companhias multinacionais em suas matrizes, o que se mascara é o que se frauda da lei de remessa de lucros. Os nossos representantes no Congresso Nacional, principalmente o grande Deputado paranaense Sebastião Rodrigues, que hoje está presente aqui, e que teve atuação destacada no exame desta matéria, bem como do ex-Deputado Alencar Furtado, eles podem responder à Nação brasileira o que se frauda na lei de remessa de lucros, quando as multinacionais adquirem matérias primas de suas matrizes no exterior.

Mas eu voltarei a este assunto, com dados que serão de estarrecer.

Entendemos ter falhado a filosofia de que é necessário primeiro enriquecer as empresas, para depois providenciar a melhor distribuição de renda.

Por que a concentração de renda no setor empresarial, nem sempre se mostrou reprodutiva como seria de desejar, estimulando, muitas vezes, a inaptidão, o ócio, o desperdício do detentor do capital, enquanto que o fator trabalho permanece lamentavelmente mal remunerado e muito mal remunerado. Mas nossa discordância maior situa-se no setor financeiro, em sua formação filosófica.

Eu me referi, na semana passada, nesta Casa, quando nós vimos em recente pronunciamento do Ministro da Fazenda perante o Congresso Nacional, que a Nação desembolsou até agora, perto de vinte e seis bilhões de cruzeiros, para cobrir os estouros de Bancos e Financeiras, para, segundo o Ministro, — não é o nosso pensamento e nem o pensamento do povo brasileiro — manter a credibilidade do investidor.

Eu pergunto à Casa, eu pergunto ao Sr. Presidente e aos nobres Srs. Deputados, e a todo o povo paranaense: Onde estamos nós, empresário de boa fé com sucesso ou insucesso nos seus negócios, é contribuinte forçoso através de tributos; e paga duro, o preço pelo dinheiro que é obrigado a solicitar do setor financeiro. Agora, o especulador de capitais, este não, este não tem risco, este está garantido pelo governo federal com o dinheiro do povo, com o dinheiro arrancado do contribuinte brasileiro.

Nem se argüiu que muitos dos investidores aplicaram nas empresas que explodiram, atraídos pela ganância de altos juros oferecidos. E iriam se acautelar, eu pergunto, afinal esta Nação tem dinheiro para garantir qualquer especulação. Nós vimos isso, declarado pelo próprio Ministro da Fazenda; vivemos então um sistema onde se penaliza a produção, bem ou mal, é o único negócio sem risco.

No mesmo setor, também eu acho lamentável a omissão do Banco Central, que embora dotado de excepcionais poderes de fiscalização, interveio sempre, mas para colocar a tranca depois da porta arrombada, quer dar generosamente, de mão beijada, o dinheiro para cobrir o valor do saque dos vigaristas das instituições financeiras do País.

Outra distorção que vemos, nobres Srs. Deputados, é a de um País inteiro trabalhar para enriquecer um único setor, que é o único setor hoje contente na Nação Brasileira, é o setor bancário. Esta gente ganhou tanto neste primeiro semestre, que teve vergonha de publicar os balanços semestrais, para não se tornar tão chocante à opinião pública. Enquanto as empresas vivem crises constantes, as instituições bancárias vivem uma situação que faria inveja ao mais ambicioso emirado. É sinal de que o dinheiro gira, circula, paga-se o preço, paga muito bem, mas não tem os efeitos desejados da produção. Se não,

o de encarecer a compra pelo consumidor final que vai pagar sempre isso, quem vai pagar sempre isso, é o consumidor final. No caso de Open Market, é um exemplo, vê-se um dinheiro que circula, circula em âmbito fechado como se fosse uma operação triangular de loucos, onde todos investissem, tirassem e se remunerassem uns aos outros, sem que ninguém deles perdesse. Claro que não perde, pois estão aí os cofres da Nação para cobrir os furos, o Sr. Ministro da Fazenda e o Sr. Ministro do Planejamento, a dar as benesses das suas intervenções a essa gente. Eu acho que é hora de que temas como esse, como o da política agrária, que eu tenho visto ser levantado tantas vezes nesta Casa pelos Srs. representantes dos agricultores paranaenses; como o da política trabalhista, como o da Educação, e tantos outros voltem ao debate aberto nos Paramentos, saindo dos gabinetes técnicos como coisas ditas, feitas e acabadas. Nós precisamos reagir contra isso.

Nós precisamos criar coragem nos Paramentos, coragem para dizer NÃO, para protestar, para contar ao povo os crimes que se comete contra a economia nacional. Nós não podemos aceitar o que os técnicos fazem, como coisas ditas e bem acabadas; que cada tomada de decisões seja precedida de amplo debate, de consulta aos setores interessados, para que suas manifestações sejam analisadas como contribuições, não como tentativas de agitação. Aliás, está aí, outra prática corrente, com a qual não concordo.

O meu passado nesta Casa, é um aval do que eu digo, qual seja, esse maniqueísmo que repetidas vezes se tem de impor: ou você concorda, ou é subversivo; ou diz SIM às bandeiras, ou está contra o Brasil.

Nós precisamos acabar com isso: ou aplaude ou não há lugar para você; ou é preto, ou é branco; ou é Deus, ou é demônio.

Pretende-se, por exemplo, e isto eu não aceito, que cabe aos membros da Arena, meu Partido, o papel de “vaquinha de presépio” e assim eu não entendo, porque a minha dignidade e a de meus nobres pares não permite, e a minha responsabilidade com o meu País exige mais. Exige que não aceitemos as coisas bonitas, acabadas e bem feitas. Quando sabemos que por trás delas existe algo que prejudica o povo.

Precisamos retomar como comuns a todos os brasileiros, as grandes bandeiras reivindicatórias da Nação. Se necessário, crítica pela livre condição de criticar. Mas, principalmente, pela participação, pela vontade de ajudar a criar e aprimorar, consertar quívocos, de somar esforços à construção de um País que é de todos.

Quando participava de um programa de televisão aqui em Curitiba, eu recebi pesadas restrições de meu Partido e do próprio Governo, que não entendeu a minha participação no programa. A minha vontade era ajudar, era de apontar erros primários que poderiam ser corrigidos em benefício do povo. E acabei sendo arrancado, quase que a tapas, da televisão. Mas eu acho que hoje eu tenho aqui uma cadeira que me foi conferida pela vontade livre do povo brasileiro. E hoje, aqui, a vontade de continuar esta luta, porque daqui ninguém me arranca, a não ser através de medidas excepcionais.

É necessário enfim, Senhores, meus prezados colegas Deputados, chegarmos a um grande debate, a um elevado diálogo, onde não hajam vencidos ou derrotados, e sim uma comunhão de patriotas.

É aqui que me enquadro. Quando eu digo querer expressar também o poder de influência nas decisões aquela opinião dos humildes, dos que não têm pessoalmente, acesso à tribuna e outros veículos de comunicação. Se queixam da vida cara, do mau salário, da impunidade dos responsáveis por falcatruas, por violências, como a de ontem, formulada nesta Casa pelo nobre Deputado Lineu Turra, enfim, pela falta de perspectivas pelo dia de amanhã.

E nós, que temos esta tribuna, é que devemos representar



Curitiba, quinta, 25/08/77.

a opinião pública.

Há dificuldades. Claro que há.

Mas vamos enfrentá-las, debater sobre elas. Não se arvo- ra uma facção política em dona de críticas. E a outra, em defen- sores de providências nem todas corretas.

Foi aquilo que eu já disse. As bandeiras do MDB são tam- bém as nossas bandeiras. Os homens da ARENA. O que o MDB quer de bom para a Nação, os homens da ARENA também o querem.

Vamos elevar as nossas participações, porque são nossas, dos parlamentares, a mais importante das posições neste grande e necessário seminário brasileiro. Representamos o povo e este País não tem outro dono se não ele. Depois de pedir à Casa, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, atenção para este meu pensamento e com ele justificado, faço um apelo a esta Assem- bléia e a cada um de seus membros em particular. Nós temos nossos assuntos locais em âmbito restrito e, muitas vezes, asso- mamos à tribuna para debatê-los, ampla e longamente, como tenho visto nesta Casa. E é o nosso papel, este de tratar dos assuntos da comunidade que nos é mais próxima, a do nosso município, da nossa cidade, do nosso Estado.

Agora, eu entendo que não podemos perder de vista tam- bém a comunidade maior, a comunidade brasileira. Claro, sei que muita gente está pensando aí, não só os Srs. Deputados, como a imprensa que tanto têm nos ajudado.

Dirão que não teremos influência no encaminhamento da grande política nacional. Eu sei, e o sei porque tenho os meus pés no chão, sou um homem que sente, vê, e sabe o que é a rea- lidade — estrito sendo, é verdade! Não votaremos, não seremos solicitamos a propor, nem a decidir, mas, a opinião das Assem- bléias Estaduais, manifestada pela fonte de pronunciamentos de seus componentes, será, inegavelmente, uma força de conven- cimento que não poderá ser ignorada por ninguém, não poderá ser deixada à margem! E, acatada, será, talvez, a via de avalia- ção mais perfeita, do que pensa realmente, a Nação.

O meu apelo portanto, Sr. Presidente, é no sentido de que também os Srs. Deputados manifestem as suas opiniões ao pú- blico e, aos nossos representantes no Congresso Nacional, para, contribuirem nesta hora importante. Nós não temos sabido usar os nossos representantes, no Congresso Nacional; porque, se as Assembléias Estaduais pressionassem os nossos Deputados, muita coisa teria sido evitada!

Quando se apreciou a Mensagem Presidencial que modi- ficou a Previdência Social, que criou o Serviço Nacional de Saú- de, faltou, na realidade, esta tônica de pronunciamentos, esta opinião unânime das Assembléias Estaduais pressionando os nossos congressistas, para que não votassem o dispositivo que permitiu e permitirá que, num futuro bem próximo, apesar dos desmentidos, venha a se cobrar, da sempre miserável classe média, as consultas médicas, na Previdência Social.

Os Srs. Deputados vão ver que eu estou com a razão num futuro bem próximo, nós vamos ver regulamentado aquele dispositivo que o Congresso Nacional, em tão má hora votou, contra os votos, naturalmente, de alguns da Bancada do MDB e da Bancada da ARENA do Paraná, Ari Kfoury, e Norton Macedo — o resto, “vaquinha de presépio”, amém!

Isto que nós precisamos evitar, pressionando os nossos congressistas. Porque não é só dar voto para o deputado fede- ral, é preciso que o deputado federal assuma um compromisso com o povo do seu Estado, que aprenda a dizer “não” ao Go- verno Federal, quando mensagens que não consultam os inte- resses da coletividade brasileira, abortem, ao serem apreciados pelo Congresso!

Por este motivo, Sr. Presidente, eu requeiro à Mesa o envio de cópias deste nosso pronunciamento — e com a maior urgência se possível — aos membros da Bancada do Paraná na Câmara, e no Senado, e, ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado a quem eu respeito como um homem de bem. Apesar das críticas

que se fazem nesta Casa ao nosso atual Governador, eu, nos breves contatos que tive com Sua Excelência, tive oportunidade de reconhecê-lo como um homem preocupado, preocupado com os problemas do Estado, um homem que tem se dedicado — e isto sem o intuito de bajulação — aos problemas da coletividade paranaense.

Por isto eu peço, Sr. Presidente, que, a cópia deste pronunciamento também chegue às mãos do Sr. Governador, para que ele ajude o povo do Paraná, para que ele também, com a influência que tem junto às altas esferas administrativas da Nação, possa levar a angústia do povo, principalmente daquele povo que ganha entre 1 a 5 salários-mínimos, que hoje faz ginástica para poder sobreviver, aquele povo, aquele membro da comunidade do qual sempre sobre mês, no seu salário.

Era isto, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O Sr. Gilberto Carvalho** — V. Exa. permite um aparte? (Assen- timento).

Agradeço, nobre Deputado Erondy Silvério.

V. Exa. traz um assunto dos mais sérios que o ponto mais crucial de nossa economia.

Há poucos dias, ocupava também essa tribuna e fazia um comentário com referência à determinação do Banco Central que cria dificuldades na criação de agências de bancos estaduais, no interior. Porque, os bancos de Estado procuram aplicar seu dinheiro em benefício do município, enquanto facilita a criação de agências de bancos particulares. Os bancos particulares apli- cam somente 20 por cento do dinheiro depositado, na região, o resto vai para fora, é aplicado fora, com juros, taxas, comissões altíssimas, inflacionando ainda mais a vida brasileira.

Hoje, no interior, vemos que a procura dos pequenos comerciantes, dos pequenos industriais, não encontra recepti- vidade, porque não podem pagar os juros altos que lhes são pedidos. Então, acontece o abandono dos pequenos centros, porque a grande parte do dinheiro depositado é transportado para os grandes centros.

É preciso que se olhe com carinho, com todo cuidado o pronunciamento que V. Exa. está fazendo. É preciso que se dê ciência aos nossos Representantes no Senado Nacional e na Câmara Federal, porque sabemos que a intensão do Governo é a melhor possível, ele quer acertar essa situação difícil porque passa o País atualmente.

Muito obrigado.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Agradeço o aparte de V. Exa.

Estou em defesa daquilo que dissemos: é necessário que toda a Casa — e V. Exa. na qualidade de vice-líder do Governo e da ARENA — suba à tribuna e proteste sem medo de desagra- dar os poderosos do dia.

**O Sr. Enéas Faria** — V. Exa. permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Tuomazoni)**. — A Presidência informa que o tempo que V. Exa. dispunha já se esgotou. Mas, concede-lhe mais dois minutos para concluir.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Obrigado. Concedo aparte ao no- bre Deputado Enéas Faria.

**O Sr. Enéas Faria** — Nobre Deputado Erondy Silvério, não resis- ti à vontade de apartear-lo, apartear-lo para cumprimentar. V. Exa. ao se independer, se alteia, se eleva nesta Casa e perante a comunicada curitibana.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Obrigado.

**O Sr. Enéas Faria** — Nós, aqui, conhecíamos tão somente e ape- nas um posicionamento altivo nesta Casa.

V. Exa. com coragem, com dignidade, vem trazer também à sua bancada, à bancada do Governo e da ARENA, a colabora- ção que se esteve a esperar.

Eminente Deputado, não pretendo entrar na análise, nos detalhes, de seu pronunciamento, vou até margeá-lo, porque poderia ser polêmico. O importante que seu pronunciamento é o conteúdo que traz verbalmente e o que V. Exa. enfocou obje-

vamente. Traz V. Exa. uma crítica séria e dura, mas principalmente séria, à política econômica.

De outro lado, traz V. Exa. também a sua voz à luta que se faz neste País pela reconquista do estado de direito, pela implantação da democracia e da liberdade. V. Exa. eminente Deputado, recebe, — e agora falo por delegação da Liderança, — V. Exa. recebe de nossa Bancada a melhor homenagem, esperando todos, e certos estamos, de que, como hoje, V. Exa. sempre haverá de pautar a sua atitude nesta Casa, pela coragem, pela independência, e buscando, como todos, não só, não mais só o MDB, mas como todos nesta terra, buscando se reencontrar dias melhores, dias mais felizes para a gente brasileira.

Chega e basta! Tem razão, V. Exa. Chega e basta de termos uma nação, subjugada a um Estado.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Obrigado a V. Exa. e também ao nobre Líder do MDB nesta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta S. Exa. o Sr. Deputado Trajano Bastos se deseja ocupar o espaço regimentalmente cedido ao MDB.

O SR. TRAJANO BASTOS — Ocupará a tribuna o Deputado Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vim à tribuna para discutir, para me pronunciar sobre o Paraná.

Mas, não poderia, depois das brilhantes palavras, num dos discursos com maior conteúdo ditos nesta Casa, do eminente Deputado Erondy Silvério, além da solidariedade da bancada, já fornecida através do Deputado Enéas Faria, pessoalmente cumprimentá-lo, pois, traz à Casa um enfoque muito importante; traz à Casa uma colaboração importantíssima para que também o Paraná faça-se ouvir neste País. Um País onde se queria que o bolo crescesse, para depois dividi-lo.

Lembro que certa vez, afirmei que temia que após o bolo crescer, e que, no momento em que ele devesse ser dividido, não tivesse mais povo para dividi-lo, povo que teria morrido de fome.

Traz o ilustre Deputado Erondy Silvério um aspecto tipicamente deste sistema econômico que vivemos: o sistema do monopólio financeiro, monopólio financeiro contra o qual eu, pessoalmente, tenho lutado e brigado junto ao meu Partido, para que se acabe, e propondo medidas que considero importantes, para realmente se acabar com o monopólio financeiro neste País.

Refiro-me à proposta que fiz, que se incluísse no programa do MDB a estatização dos bancos, por exemplo. Estatização necessária, com urgência, pois quando precisamos de bancos, primeiro vamos nos bancos estatais, para depois nos dirigirmos a estes bancos particulares.

No nosso interior, o banco exigido é o Banco do Estado ou o Banco do Brasil, depois o banco particular.

Tomemos, Sr. Presidente, que não consigamos muito, porque os banqueiros são fortes, os banqueiros são os donos da verdade neste País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto como paranaense, novamente, sangrando, pois, após nossas palavras de ontem, que esperávamos terem ecoado, pelo menos, nos ouvidos daqueles que aqui estavam, tivemos a infelicidade de ver e ler que pessoas que presentes estavam, não entenderam que o Paraná está sendo espoliado nesta Nação; o Paraná que tem de ouvir do Presidente da COPEL há três dias, que elementos paranaenses estão a boicotar a COPEL; o Paraná que tem de ouvir do Sr. Reitor da Universidade de Londrina — e aqui está no "Diário do Paraná" de hoje, uma verdadeira contestação à federalização da

queila Universidade.

O Paraná que tem de ouvir do genro do Ministro da Educação deste País, um absurdo como está escrito aqui neste jornal, onde ao invés de se pedir ensino gratuito para todos, pede ensino pago, para todos. E leio o que está no jornal:

"Procura o Sr. Reitor dizer que é favorável à Federalização das Universidades; mas, deixa nas entrelinhas o seu medo de perder o cargo; o seu medo de ter uma força maior do que a dele a tirá-lo da Reitoria; e por isso, prega uma nova forma para a federalização das Universidades paranaenses"; — Diz o Sr. Reitor, e esqueceu e repito o que disse ontem; que nesse Estado onde uma professora primária recebe menos do que uma empregada doméstica; neste Estado, o Sr. Reitor diz o seguinte: — "A gratuidade de ensino preconizada pela federalização pode também ser vista como um retrocesso social; uma vez que nivela a todos; os que podem e os que não podem pagar os seus cursos."

Naturalmente o Sr. Reitor da Universidade de Londrina prefere a não Federalização e que todos paguem o ensino. Esquecido, de que se é verdade de que os que podem devem pagar; é preferível que ninguém pague; porque então os que não podem pagar, também estudarão; o que parece, não ser a meta do Sr. Reitor.

Falou o nobre Deputado Erondy Silvério, sobre a necessidade do Sr. Governador tomar as rédeas das reivindicações paranaenses. Mas é lamentável quando, em menos do que 72 dias; o Presidente de uma companhia de economia mista vem à Casa e se diz boicotado por paranaenses que assumiram posições na ELETROSUL; e vem um Reitor, genro do Ministro da Educação, contestar a necessidade da Federalização; e conseqüente a diminuição de recursos para o Ensino Superior no nosso Estado.

Por isso, Sr. Presidente, não pude me calar; porque paranaenses, — talvez poucos, hoje, mas muito ainda existem, para procurar mostrar que esta terra ainda tem dono.

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. tocou em Reitor; e do entendimento que o Reitor dá, a respeito da federalização das Universidades no caso, a de Londrina, ou das Estaduais para Federais. É de se ressaltar, eminente Deputado, que são pensamentos reacionários, como este assumido pelo Reitor de Londrina, que permitem que também nas Universidades do Paraná, estejam instalados órgãos de segurança; como denunciou recentemente o "Jornal do Brasil" para fazer a triagem ideológica dos professores. Fato que aconteceu neste Estado, inclusive no IPARDES, onde funcionários foram demitidos e expurgados do serviço público, sob condições ou alegações de caráter ideológico.

Então é de se perguntar: — se a Universidade seria o apanágio do conhecimento humano. E através do conhecimento humano o homem atingiria o mais alto grau de liberdade. Se Reitores têm esse pensamento, é de se perguntar: — Qual está sendo a formação da nossa juventude? Por que homens que ocupam a direção de uma Universidade, não têm o mínimo do desprendimento? O mínimo de posicionamento para realmente as coisas mudarem no Brasil?

Parece-me que todos estão atrelados a um só aspecto; defender primeiro o seu, para depois defender o dos outros. É como falou V. Exa.: — Se defende a permanência da Universidade Estadual; porque se está defendendo o seu cargo. Porque na medida em que passar para a esfera federal, talvez este Reitor não tivesse condições de lá permanecer no cargo.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Nilso Sguarezi.

Encaminharei à Mesa, para que se definam responsabilidades, o requerimento no seguinte teor: (Lê): "Senhor Presidente.



O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco Borsari Netto, Digníssimo Secretário de Estado da Educação e da Cultura, solicitando informações sobre a viabilidade de vir o Governo Federal, federalizar as Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, e quais as providências neste sentido, até agora tomadas.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1977."

Com este requerimento, pretendo que de uma vez por todas, saiba esta Assembléia, a verdadeira intensão do Governo do Estado, em realação às nossas Universidades; em relação a fazer com que o Paraná seja beneficiado; seja recompensado, pelo muito que tem dado à Nação Brasileira.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulto o Sr. Luiz Roberto Soares, Líder da Aliança Renovadora Nacional, se deseja ocupar o praço reservado à ARENA.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A razão de estar ocupando o horário reservado à liderança, é para discorrer sobre o Projeto de Resolução que pretendo encaminhar à Mesa. Que define ou pretende definir de uma vez por todas, a questão relativa a qual o procedimento correto desta Assembléia, quando solicitada a se pronunciar sobre pedido de autorização do Sr. Governador ou Vice-Governador, para se ausentar do País.

É sabido que o Exmo. Sr. Governador do Estado, terá necessidade de se ausentar do País para formalizar e assinar contratos relativos à obtenção do empréstimo que ora tramita nesta Assembléia.

O meu projeto de resolução está assim redigido: (Lê):  
"PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 287/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
R E S O L V E:

Art. 1º — A autorização para o Governador e o Vice-Governador se afastarem do País, por qualquer tempo, ou do Estado, por mais de quinze dias consecutivos, de que trata o inciso I, do art. 22, da Constituição, será formalizada através de Decreto Legislativo, aprovado em discussão única e por maioria simples.

Parágrafo único — A matéria de natureza administrativa será formalizada por intermédio de Ato.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1977."

Em breve estudo que fiz sobre o problema, tive a oportunidade de verificar que este é o procedimento do Congresso Nacional. Como se sabe, a Constituição Federal no seu artigo 44, atribui à competência exclusiva do Congresso Nacional, no item três: "Autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País;" e o procedimento do Congresso Nacional, é exatamente enviar à Comissão de Constituição e Justiça, para parecer e, em seguida, se elabora Decreto Legislativo.

Acredito que com a aprovação e o aperfeiçoamento que eventualmente venha a ter tal projeto de resolução, nós clarificaríamos de vez esta pendência, de vez que a atual Constituição não está, tecnicamente, habilitada a dar uma solução.

O artigo 22 da atual Constituição do Estado, dispõe que compete, exclusivamente, à Assembléia Legislativa, dar posse ao Governador e ao Vice-Governador, conhecer de suas renúncias, e autorizá-los a se afastarem do País, por qualquer tempo, ou do Estado por mais de 15 dias consecutivos. E, mais

a frente, no art. 29, dispõe que nos casos do art. 22, excetuado o item 12, realizada a votação final, a resolução será promulgada pelo Presidente da Assembléia Legislativa, dentro de 48 horas.

Evidentemente que, a Resolução a que se refere o artigo 29, não é o projeto de resolução, pois se assim fosse entendido, nós chegaríamos ao absurdo de interpretar a necessidade do Projeto de Resolução para dar posse ao Governador, ao Vice-Governador e conhecer de suas renúncias, o que, evidentemente, seria uma interpretação um tanto pedestre na nossa Constituição.

Mas, afora dessa argumentação que é extraída do próprio texto legal, eu ainda tenho a trazer à colação, a lição do Manoel Gonçalves Ferreira Filho, no seu Processo Legislativo, faz uma longa dissertação a propósito da diferença entre Projeto de Resolução e Decreto Legislativo. E, comentando o artigo 47, da Constituição de 67, repetida na Emenda Constitucional número 1 de 1969, diz o seguinte: — É da competência exclusiva do Congresso Nacional, item III, autorizar o Presidente, Vice-Presidente da República, a se ausentarem do País e diz o Prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, que numa análise da Constituição vigente à época a Constituição de 1967, que o campo do Decreto Legislativo na atual Constituição, vale dizer de 1967, cujo artigo acabei de repetir, é das matérias mencionadas no art. 47, sem exceção. Fora daí, e fora do campo específico da lei, é que cabe a Resolução. Fica no meu entendimento e acredito no entendimento da maioria dos Srs. Deputados, senão na sua totalidade, que um instrumento apto, correto, adequado, jurídico, constitucional, para autorizar o Governador, ou Vice-Governador, a se ausentarem do País, é o Decreto Legislativo. Como não temos contemplado, em nosso Regimento, a figura do Decreto Legislativo, eu encaminharei à Mesa este Projeto de Resolução que, na minha opinião, normativiza de uma maneira adequada o problema já discutido em sessões anteriores, sobre qual o correto procedimento para se autorizar o Governador ou o Vice a se ausentar do País.

O Sr. Enéas Faria — Eminente Deputado, eu confesso que não apreendi bem o total de suas palavras. Conheço o projeto de resolução que apresenta V. Exa. e as modificações que pretende e que me parecem corretas, perfeitas e, até, inadiáveis. Esta Casa precisa se instrumentalizar para resolver problemas dessa ordem que, aliás, já foram levantados em ocasiões anteriores.

Apenas, não entendi se V. Exa. anunciava que a proposição que agora faz, corresponderia à iminência de uma viagem governamental.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Evidentemente que, como esta resolução, se aprovada, só vai vigorar a partir da data de sua publicação, e como o Sr. Governador do Estado tem urgência de se ausentar do País para formalizar os atos relativos à obtenção de empréstimos e outros atos concernentes ao interesse da administração do Estado, eu temo que esta resolução não alcance a solicitação que faz o Governador para se ausentar do País.

Nestas condições, parece-me que a Assembléia adotará, como vem adotando, o seu habitual costume de colocar a solicitação do Sr. Governador em votação para aprovação ou não do Plenário.

O Sr. Enéas Faria — O que não me parece correto, e inclusive tem a Casa decisão firmada diversamente. Em todo o caso, eminente Deputado, o Governador tem urgência em se afastar do País para contrair, assinar contratos para empréstimos. Certamente o que se relaciona à matéria que nós estamos ainda em deliberação, nesta Casa. Correto?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Esta e outras matérias.

O Sr. Enéas Faria — Mas a Casa ainda delibera sobre a autorização para se contrair tais empréstimos.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Exatamente.

O Sr. Enéas Faria — Posteriormente a isso, eminente Deputado, ainda há mais um ato necessário para aperfeiçoar todo esse procedimento que é a autorização do Senado Federal, no que se relaciona a empréstimo exterior. Ora, se a matéria ainda não foi aprovada, aqui, embora se urgencie isso; se o Senado ainda evidentemente não pôde fazê-lo, ainda não se manifestou e é urgente a viagem do Governador, certamente vai se elaborar junto ao Senado que, com urgência e rapidez também se pronuncie.

Não vejo razão porque esta Casa e principalmente por parte da bancada governista também não se agilize para nos dar o instrumento que nós precisamos.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Em primeiro lugar, nobre Deputado, o que se pede é uma autorização. Se ela vai ser utilizada, ou não, evidentemente eu não posso responder. Se a matéria vier a ser aprovada, e acredito que sim, pois o eminente Líder da sua bancada, através de um brilhante pronunciamento ontem, do Deputado Deni Schwartz, deu a posição oficial da bancada o que me leva a crer que ela será aprovada.

Todavia, se não viesse a ser, evidentemente que essa autorização não teria sentido. O que se pretende é estar de posse dela para, na eventualidade de uma aprovação o Governador desde já, poder tomar as providências que lhe incumbe para formalizar o ato da obtenção do empréstimo.

Quanto ao Senado ainda não ter autorizado, como é da sua competência e atribuição o empréstimo, isso no meu entendimento não impede que os atos necessários da obtenção do empréstimo sejam praticados. Isto evidentemente, realmente eu desconheço, mas acredito que tais operações já ficam acertadas e formalizadas e poderia, através de uma condição se concretizarem após a aprovação pelo Senado.

Eu tenho a impressão que no mecanismo internacional para obtenção do empréstimo deve ser usual essa forma. Porque, se nós ficarmos esperando a formalização de todos os atos internos para depois negociarmos, evidentemente às vezes se perde a oportunidade, a hora adequada para negociarmos. O Sr. Enéas Faria — Isso não está em cogitação, Deputado. Isto não está em cogitação, porque evidentemente a hora que o Sr. Governador mandou a esta Casa um pedido de autorização para contrair empréstimos, fixando-lhes quantias, determinando as fontes e objetivando as suas aplicações, é evidente que todas as negociações já foram feitas. Já se sabe quanto é, de onde vem, quanto se vai pagar, em que prazo e aonde se vai aplicar.

Então não se cogita mais isso. Se cogita agora da parte legal. Mas também não era essa a preocupação. A preocupação é de que se em todos os escalões o Governo pôde agilizar a tramitação de negociações e de autorizações e de todos os atos legais, não vejo porque o Governo não se agilize nesta Casa, e quando o quer, ele o faz, não sei porque não o faça agora.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Deputado, como sabe V. Exa., o Poder Legislativo é um poder independente. Eu não posso dar garantias de que a Assembléia como se fosse uma sucursal do Poder Executivo.

É possível que não dê quorum, é possível uma série de incidentes que acabe não possibilitando a aprovação da autorização para a viagem em prazo hábil. Razão pela qual, me parece que é urgente e necessário, e realmente, não encontro um argumento que possa justificar uma preterição ou um adiamento desta votação.

O que se pretende daqui para frente, isto é, a partir da aprovação deste Projeto de Resolução que ora encaminho à Mesa, é de uma vez por todas, se normativize de uma maneira clara, límpida, jurídica e constitucional, a forma pela qual se conceda ou se deixe de conceder autorização para a viagem.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, requeiro à Mesa, a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende a solicitação do Sr. Deputado Lúcio Machado, e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de quorum.

— (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados). (Pausa)  
Responderam a chamada nominal 42 Srs. Deputados. Há quorum para deliberação.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente. — Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 79/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 71/77, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização para contrair empréstimo ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fiança ou aval, conceder contra-garantias de fiança, de aval ou de qualquer tipo de garantia prestada por entidade pública ou privada ao Poder Executivo e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ., por unanimidade e da CF., por maioria, com Emenda. — Em votação a emenda. — Aprovada. — Em votação o projeto. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 154/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 347/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Matinhos, objetivando execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 155/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 352/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Paranaguá, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Aprovado, — com voto contrário do Sr. Deputado Enéas Faria.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 156/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 354/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Peabiru, objetivando execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Aprovado, com voto contrário do Sr. Deputado Enéas Faria.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 157/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 355/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Pêrola, objetivando execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e

COPTC., por unanimidade. — **Aprovado**, com voto contrário do Sr. Deputado Enéas Faria.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 158/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 356/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Pérola do Oeste, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — **Aprovado**, com voto contrário do Sr. Deputado Enéas Faria.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 160/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 359/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Quitandinha, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — **Aprovado**, com voto contrário do Sr. Deputado Enéas Faria.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 161/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 361/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ribeirão Claro, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — **Aprovado**, com voto contrário do Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, expediente firmado pelos Srs. Deputados Trajano Bastos e Luiz Roberto Soares, Líderes do MDB e ARENA respectivamente, constante do expediente, consultado o Plenário, propõem à Mesa, que não sejam marcadas sessões para os dias 5 a 9 de setembro próximo vindouro, substituindo-se essa atividade por reuniões das Comissões Técnicas. — **APROVADO**.

Em razão da aprovação deste requerimento, a Presidência solicita dos Srs. Deputados Trajano Bastos e Luiz Roberto Soares, indiquem, nos termos da Resolução número 23/69, oradores das duas bancadas, para falarem na Sessão Solene na comemoração da Semana da Pátria, sessão esta que será realizada a 10 de setembro.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldencio Barbalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Alencar Barbosa, na cidade de Paranavai. — **APROVADO**.

Requerimento de autoria do Sr. Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando regime de urgência à Proposição número 267/77, referente ao convênio que trata de reparos no Grupo Escolar "Doutor Paulo Fortes", de São Mateus do Sul. — **APROVADO**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário do Interior, consubstanciado em pedido de informações sobre a situação das obras do Sistema de Abastecimento de Água, no Município de Realeza. — **APROVADO**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcio

Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Secretário das Finanças e Delegado do IBGE no Paraná, no sentido de que sejam fornecidos dados atualizados para instruir o processo de criação do Município de Cafelândia d'Oeste. — **APROVADO**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de cópias do seu pronunciamento, feito na tribuna da sessão de hoje, aos Srs. Membros da Bancada do Paraná, na Câmara Federal e Senado Federal. — **APROVADO**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, consubstanciado em pedido de informações sobre a viabilidade de vir o Governo Federal, federalizar as Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, e quais as providências neste sentido, até agora tomadas. — **APROVADO**.

Sobre a mesa, ofício firmado pelo Sr. Governador do Estado no seguinte teor: (lê):

"OFÍCIO:

Curitiba, 25 de agosto de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o preceito contido no art. 22, inciso I, "in-fine", da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, nos dias 2 a 22 do próximo mês de setembro, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de, entre outros assuntos de interesse do Estado, assinar, em Washington, contrato de empréstimo externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — (Para encaminhar a votação). — Sr.

Presidente. Já tivemos, há alguns dias, problema de ordem igual, quando se postulava que a Casa encontrasse o texto legal capaz de disciplinar esse tipo de acontecimento. Surge novamente a questão, antecipadamente, evidentemente, pela notícia do eminente Líder da ARENA e tal propositura que fez à Casa para normalizar essa questão.

Sr. Presidente, voto hoje favorável, não tenho o que opor, mesmo porque se entende que o Sr. Governador irá buscar aquilo que esta Casa já autorizou.

O que me parece, deve querer esta Casa, é que essa questão fique normalizada, para que não tenhamos, a cada instante — e me parece que isso que está acontecendo, venha a acontecer com maior frequência, as viagens governamentais.

Nosso apelo é no sentido que se deva normalizar essa questão. E os homens da ARENA que contam com a maioria desta Casa, encontrem a fórmula para resolver, definitivamente essa questão.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni). — Em votação. —

**Aprovada.**

Expediente deverá ser encaminhado ao Departamento Administrativo para comunicação através da Presidência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada na sessão anterior.

Levanta-se a sessão.